

IGB ELETRÔNICA S.A.

CNPJ/MF sob nº 43.185.362/0001-07

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

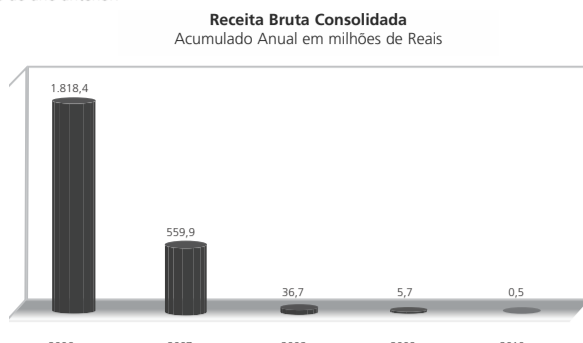
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sras. as Demonstrações Financeiras da **IGB ELETRÔNICA S.A.**, relativas ao exercício findado em 31 de Dezembro de 2010, acompanhadas das Notas Explicativas, relatório da administração e parecer dos Auditores Independentes relativos a esses documentos.

ADMINISTRAÇÃO

Conforme nosso último Fato Relevante de 26 de abril de 2011 a Companhia concluiu nesta data com sucesso seu amplo projeto de reestruturação. O Projeto compreendeu as seguintes etapas hoje todas já finalizadas: **(a)** Equacionamento de débitos fiscais, principalmente por meio de adesão ao REFIS IV; **(b)** Ampla negociação com credores comerciais e financeiros, com homologação do Plano de Recuperação Extrajudicial; e **(c)** Celebração de Contrato de Arrendamento com a Companhia Brasileira de Tecnologia Digital S.A. (CBTD), onde os rendimentos auferidos pela Companhia em decorrência do arrendamento de parte de seus ativos à CBTD serão destinados ao pagamento das dívidas incluídas no Plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia; e **(d)** Redução drástica dos custos fixos da Companhia. A partir da conclusão da reestruturação a Companhia passa a ser uma empresa administradora de ativos com receitas de locação e arrendamento provenientes de imóveis comerciais e industriais e a marca "Gradiente"

DESEMPENHO NO PERÍODO

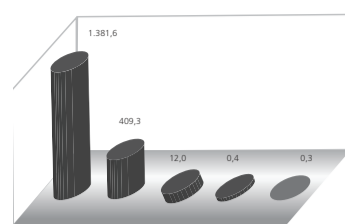
Como resultado do desenvolvimento desse projeto, a Companhia no ano de 2010 trabalhou na finalização da reestruturação e não realizou nenhuma outra atividade no período, conforme veremos abaixo. A Receita Operacional Bruta totalizou R\$ 446,0 Mil, o que representa uma redução de 92% em relação ao ano anterior.



A Receita Líquida de Vendas acumulada em 31 de dezembro de 2010, totalizou R\$ 0,3 milhões, contra R\$ 3,96 milhões em igual período do ano anterior.

Receita Líquida Consolidada

Acumulado Anual em milhões de Reais



O lucro bruto da Companhia atingiu R\$ 0,5 mil em 2010, enquanto que no mesmo período de 2009 foi de R\$ 19,18 mil. Deste modo, o Prejuízo Líquido de 2010 foi de R\$ 13,40 milhões, uma diminuição de R\$ 40,46 milhões representando uma redução de 75,12% em comparação a igual período de 2009. Colocamo-nos a disposição dos senhores acionistas para prestar-lhes os esclarecimentos necessários.

Manaus, 26 de abril de 2011.

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Valores expressos em milhares de reais)				
Ativo	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Circulante				
Caixa e bancos	365	346	366	407
Aplicações financeiras	9	2	9	2
Contas a receber (Nota 4)	1.713	1.713	1.713	1.713
Estoques (Nota 5)	2.284	2.284	2.284	2.283
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 6)	415	162	415	169
Outros valores a receber (Nota 8)	3.961	3.304	3.961	3.337
	8.747	7.811	8.748	7.911
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Partes relacionadas (Nota 7)	87.411	93.307	-	-
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 6)	8.735	6.828	8.735	6.828
Depósitos judiciais (Nota 15)	5.949	-	5.949	-
Outros valores a receber	-	-	-	-
	102.095	100.135	14.684	6.828
Permanente				
Investimentos (Nota 9)	145.647	157.742	-	23.049
Intangível	94	94	94	94
Imobilizado (Nota 10)	111.656	68.517	111.656	68.535
	257.397	226.353	111.750	91.678
	368.239	334.299	135.182	106.417
Total do ativo	368.239	334.299	135.182	106.417
Passivo e patrimônio líquido				
Patrimônio líquido				
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	115	130	115	130
Credores	-	-	-	-
Fornecedores nacionais	4.082	-	4.086	-
Fornecedores estrangeiros	-	-	-	-
Salários, encargos sociais e provisões	12.679	20.260	13.012	20.631
Obrigações fiscais (Nota 13)	18.491	26.538	18.781	26.742
Propaganda	-	-	-	-
Serviços prestados por terceiros	-	-	-	-
Adiantamentos de clientes	-	-	-	-
Fretes	-	-	-	-
Partes relacionadas (Nota 7)	411	1.910	411	-
Provisões para garantia	-	2.031	-	2.031
Provisões para perda de investimentos (Nota 9)	2.288	5.988	-	-
Outros passivos	-	-	-	-
	38.066	56.857	36.405	49.534
Não circulante				
Exigível a longo prazo				
Credores (Nota 12)	395.029	404.978	395.029	404.978
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	233.057	223.854	-	-
Parcelamento de impostos (Nota 14)	84.305	76.849	84.567	76.849
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	4.294	-	4.294
Provisões para garantia	16.217	14.221	16.217	14.221
Provisões para contingências (Nota 15)	53.261	45.696	54.660	48.991
	781.869	769.892	550.473	549.333
Participações de minoritários	-	-	-	-
Patrimônio líquido				
Capital social (Nota 16)	41.000	41.000	41.000	41.000
Reserva de reavaliação (Nota 10)	-	11.491	-	11.491
Reservas subvenção de investimento	3.746	-	3.746	-
Prejuízos acumulados	(483.044)	(491.081)	(483.044)	(491.081)
Prejuízos do período	(13.398)	(53.860)	(13.398)	(53.860)
	(451.696)	(492.450)	(451.696)	(492.450)
Total do passivo e patrimônio líquido	368.239	334.299	135.182	106.417

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Valores expressos em milhares de reais)				
	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receita bruta de vendas	446	5.680	446	5.663
Impostos, devoluções e abatimentos	(178)	(1.707)	(178)	(1.707)
Receita líquida das vendas	268	3.973	268	3.956
Custo dos produtos vendidos	(777)	(23.133)	(777)	(23.133)
Lucro bruto	(509)	(19.160)	(509)	(19.177)
Despesas (receitas) operacionais				
Com vendas	(9.972)	(9.071)	(9.414)	(9.444)
Gerais e administrativas	(3.881)	(15.989)	(2.412)	(15.984)
Honorários dos administradores	-	-	-	-
Receitas financeiras (Nota 18)	17.244	69.869	17.244	52.465
Despesas financeiras (Nota 18)	(41.177)	(147.748)	(42.614)	(129.959)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas (Nota 17)	8.513	83.943	7.923	83.943
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 9)	16.384	(15.704)	16.384	(15.704)
Prejuízo operacional	(13.398)	(53.860)	(13.398)	(53.860)
Resultado não operacional, líquido	-	-	-	-
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(13.398)	(53.860)	(13.398)	(53.860)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 19 (b))	-	-	-	-
Participação de minoritários	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(13.398)	(53.860)	(13.398)	(53.860)
Lucro líquido (prejuízo) por ação do capital social no fim do exercício - R\$	(1,07)	(4,31)	(1,07)	(4,31)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE			
	01/01/2010 a 31/12/2010	01/01/2009 a 31/12/2009	
Prejuízo Líquido do Período	(13.397)	-	(53.860)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(13.397)	-	(53.860)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Valores expressos em milhares de reais)				
	Controladora	Consolidado		
	2010	2009	2010	2009
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro (Prejuízo) do período	-13.398	-53.860	-13.398	-53.860
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	2.543	8.766	1.554	8.906
Resultado de equivalência patrimonial	-	15.704	-	0
Provisão para perda de investimentos	3.700	-916	-	-
Variações monetárias e cambiais, líquidas	-	6.959	-	0
Apropriação de juros	-	1.397	0	-
Provisões (reversões) para perdas no estoque	-	-20.277	-20.277	-
Provisões (reversões) para garantia de produtos	1.996	-706	1.996	-706
Provisões (reversões) para estoques obsoletos	-	-11.579	-	-11.579
Adições/Baixas do ativo permanente, líquidas	-	(129)	-	(268)
Provisão (reversões) para créditos de liquidação duvidosa	-	22.228	-	22.228
Decréscimo (acréscimo) em ativos				
Clientes	-	-4.586	-	-4.586
Estoques	-	36.995	-	36.996
Impostos e contribuições a recuperar	-2.160	85.223	-2.160	85.221
Depósitos Judiciais	-5.949	15.188	-	15.282
Partes relacionadas	5.896	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Outros ativos	-657	28.426	-657	-2.117
Acréscimo (decréscimo) em passivos				
Fornecedores	4.082	-106.883	4.086	-106.971
Credores	-9.949	-	-9.949	-
Salários, encargos sociais e provisões	-7.581	738	-7.619	846
Obrigações fiscais	-8.047	-39.714	-7.961	-44.317
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-4.294	-4.601	-4.294	0
Adiantamentos de clientes	-	-15.901	-	-15.901
Provisões (reversões) para contingências	7.565	-15.891	5.669	-15.276
Outros passivos	4.981	-8.226	447	-9.242
CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	-21.272	-62.245	-32.286	-115.622
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Baixas de investimentos	12.095	-	23.049	-
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	12.095	0	23.049	0
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos e Financiamentos	9.203	62.478	9.203	115.826
CAIXA (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES FINANÇEIRAS	9.203	62.478	9.203	115.826
DISPONÍVEL NO INÍCIO DO PERÍODO	26	233	-34	204
DISPONÍVEL NO FINAL DO PERÍODO	348	115	409	205
	374	348	375	409

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Valores expressos em milhares de reais)				
	Controladora	Consolidado		
	2010	2009	2010	2009
RECEITAS	8.959	89.623	8.369	89.606
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	446	5.680	446	5.663
Não Operacionais	8.513	83.943	7.923	83.943
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)	777	23.133	777	23.133
Custos das mercadorias e serviços vendidos	777	23.133	777	23.133
VALOR ADICIONADO BRUTO	8.182	66.490	7.592	66.473
RETENÇÕES	2.543	8.766	1.554	8.906
Depreciações, amortizações e exaustão	5.639	8.766	1.554	8.906
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	5.245	57.724	6.038	57.567
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	33.628	54.165	33.628	68.169
Resultado Equivalência Patrimonial	16.384	(15.704)	16.384	15.704
Receitas Financeiras	17.244	69.869	17.244	52.465
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	39.267	111.889	39.666	125.736
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	39.267	111.889	39.666	125.736
Pessoal e encargos	11.310	16.294	10.272	25.428
Impostos Taxas e contribuições	178	1.707	178	1.707
Despesas financeiras	41.177	147.748	42.614	129.959
Outras despesas	-	-	-	22.502
Lucros retidos/Prejuízo do Exercício	(13.398)	(53.860)	(13.398)	(53.860)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Valores expressos em milhares de reais)				
	Controladora	Consolidado		
	2010	2009	2010	2009
RECEITAS	8.959	89.623	8.369	89.606
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	446	5.680	446	5.663
Não Operacionais	8.513	83.943	7.923	83.943
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)	777	23.133	777	23.133
Custos das mercadorias e serviços vendidos	777	23.133	777	23.133
VALOR ADICIONADO BRUTO	8.182	66.490	7.592	66.473
RETENÇÕES	2.543	8.766	1.554	8.906
Depreciações, amortizações e exaustão	5.639	8.766	1.554	8.906
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	5.245	57.724	6.038	57.567
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	33.628	54.165	33.628	68.169
Resultado Equivalência Patrimonial	16.384	(15.704)	16.384	15.704
Receitas Financeiras	17.244	69.869	17.244	52.465
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	39.267	111.889	39.666	125.736
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	39.267	111.889	39.666	125.736
Pessoal e encargos	11.310	16.294	10.272	25.428
Impostos Taxas e contribuições	178	1.707	178	1.707
Despesas financeiras	41.177	147.748	42.614	129.959
Outras despesas	-	-	-	22.502
Lucros retidos/Prejuízo do Exercício	(13.398)	(53.860)	(13.398)	(53.860)

(a) Outros investimentos: Em 28 de dezembro de 2006, a Companhia recebeu uma proposta de venda referente ao seu ativo imóvel situado na Avenida Solimões, 105 - Distrito Industrial Manaus - AM. O valor líquido desse ativo imobilizado, no montante de R\$ 23.049, outrora registrado para a rubrica "Bens destinados à venda" no ativo circulante foi reclassificado para a rubrica de "Outros investimentos" em razão do contrato de aluguel do bem e ausência de expectativa de futura venda.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 (Valores expressos em milhares de reais)				
	Controladora	Consolidado		
	2010	2009	2010	2009
RECEITAS	8.959	89.623	8.369	89.606
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	446	5.680	446	5.663
Não Operacionais	8.513	83.943	7.923	83.943
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)	777	23.133	777	23.133
Custos das mercadorias e serviços vendidos	777	23.133	777	23.133
VALOR ADICIONADO BRUTO	8.182	66.490	7.592	66.473
RETENÇÕES	2.543	8.766	1.554	8.906
Depreciações, amortizações e exaustão	5.639	8.766	1.554	8.906
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	5.245	57.724	6.038	57.567
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	33.628	54.165	33.628	68.169
Resultado Equivalência Patrimonial	16.384	(15.704)	16.384	15.704
Receitas Financeiras	17.244	69.869	17.244	52.465
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	39.267	111.889	39.666	125.736
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	39.267	111.889	39.666	<

IGB ELETRÔNICA S.A.

CNPJ/MF sob nº 43.185.362/0001-07

NOTAS EXPLICATIVAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Curto prazo				
Moeda nacional				
Capital de giro	115	130	115	130
	115	130	115	130

Longo prazo				
Moeda estrangeira				
Eurobônus (ii)	233.057	223.854		
	233.057	223.854		

Em dezembro de 2008, os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, integralmente compostos pela modalidade Resolução no. 2770, foram substancialmente empregados para capital de giro e estavam sujeitos a taxas de juros de 9,7% a 13,5% a.a. (LIBOR mais “spread”), acrescidos de variação cambial. Em 31 de março de 2009, os valores foram reclassificados para a conta de credores conforme plano de recuperação judicial e as condições para pagamento descritas na nota explicativa nº 12. Em 31 de dezembro de 2008, os empréstimos e financiamentos em moeda nacional foram empregados para capital de giro, incidindo juros entre 3,0% a 6,3% ao ano adicionados da variação do CDI e para o empréstimo com o BNDES, Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP mais 3,5% ao ano, acrescido do custo de 2,5% da fiança bancária do Banco Bradesco. Em 31 de março de 2009, os valores foram reclassificados para a conta de credores conforme plano de recuperação judicial e as condições para pagamento descritas na nota explicativa nº 12. Os montantes ao longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
	233.057	223.854		
	233.057	223.854		

(i) Eurobônus - Em 11 de julho de 1997, a Companhia emitiu eurobônus no valor bruto de US\$ 100.000 (equivalente a R\$ 177.130 em 31 de dezembro de 2007), sujeitos a juros de 2,0% a.a., pagáveis semestralmente, e que contêm cláusulas restritivas convencionais relativas à: garantias, vendas, transferências ou arrendamento de ativos substanciais e endividamento da Companhia e de empresas controladas. Entre 30 de setembro de 1999 e 11 de julho de 2002, a Companhia efetuou por meio de sua subsidiária integral Companhia Tlestar S.A., a compra integral dos referidos eurobônus.

12. CREDORES - No dia 24 de setembro de 2009, foi firmado o Plano de Recuperação extrajudicial da IGB perante aos seus credores bancos e fornecedores, representando mais de 67% de sua dívida total. Nesse acordo ficou estabelecido o plano de alongamento da dívida da IGB estabelecimento de novos prazos e condições para pagamento do saldo devedor. O “Plano de Recuperação Extrajudicial” da “Gradiente” doravante denominado simplesmente “Plano” foi protocolado em Juízo no dia 09 de Dezembro de 2.009 e homologado em 24 de maio de 2010. Em 25 de março de 2011, foi firmado pelos credores um aditamento ao Plano de Recuperação Extrajudicial, que contou com a adesão de credores que representam 66,3% dos créditos, que atualiza os prazos e condições de pagamento, conforme descrito abaixo: O saldo devedor será pago aos credores abrangidos pelo Plano de recuperação da seguinte forma:

1) Credores com valores superiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais): a) Prazo de carência de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data em que ocorrer a finalização da capitalização da Companhia Brasileira de Tecnologia Digital S.A “CBTD” datada de 30/06/2011. Os valores dos créditos, apurados em 21 de setembro de 2009, passarão a ser corrigidos a partir da mesma data em que começar a correr o prazo de carência, pelos índices dos Certificados de Depósitos Interbancários -CDI -, apurados pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, acrescidos de juros à taxa de 0,67% (sessenta e sete centésimos por cento) ao ano. Na hipótese de impossibilidade da utilização desses índices, seja por sua extinção ou por convenção entre as partes, poderão, alternativamente, serem utilizados os índices da Taxa Referencial -TR-, acrescidos de juros à taxa de 10% (dez por cento) ao ano. Durante o período de carência esses encargos serão calculados semestralmente, sendo o valor encontrado incorporado ao saldo devedor que será pago na forma disposta no item “b” deste subitem; **b)** Findo o prazo de carência o saldo devedor será dividido em 28 (vinte e oito) parcelas iguais, trimestrais e sucessivas, a serem pagas no prazo de 07 (sete) anos. Cada parcela será acrescida de sua correspondente atualização monetária calculada pelos índices dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI -, apurados pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, acrescidos de juros à taxa de 0,67% (sessenta e sete centésimos por cento) ao ano. Na hipótese de impossibilidade da utilização desses índices, seja por sua extinção ou por convenção entre as partes, poderão, alternativamente, ser utilizados os índices da Taxa Referencial - TR-, acrescidos de juros à taxa de 10% (dez por cento) ao ano. **2) Credores com valores inferiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais): a)** Os credores de valores acima de R\$ 1.000,00 (mil reais) até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) deverão ser pagos em parcela única até 30 de junho de 2013; e **b)** Os credores de valores acima de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) até R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais) deverão ser pagos em 3 (três) parcelas iguais até 30 de junho de 2013, 30 de junho de 2014 e 30 de junho de 2015. **c)** Esses créditos, apurados em 21 de setembro de 2009, passarão a ser corrigidos a contar da data em que ocorrer a finalização da capitalização da Companhia Brasileira de Tecnologia Digital S.A “CBTD”, datada de 30.06.2011, pelos índices dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI -, apurados pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, acrescidos de juros à taxa de 0,67% (sessenta e sete centésimos por cento) ao ano, durante o período de carência esses encargos serão calculados semestralmente sendo o valor encontrado incorporado ao saldo devedor. Cada parcela será paga acrescida de sua correspondente atualização monetária, calculada na forma supra mencionada ou, na hipótese de haver a impossibilidade da utilização desses índices, seja por sua extinção ou por convenção entre as partes, poderão, alternativamente, ser utilizados os índices da Taxa Referencial –TR-, acrescidos de juros à taxa de 10% (dez por cento) ao ano.” As garantias oferecidas pela IGB ou por terceiros, exceto recebíveis, em contrapartida aos créditos abrangidos por esse Acordo, continuarão em vigor até o pagamento final dos valores devidos pela IGB, sendo que durante a vigência do presente Acordo, desde que regularmente cumprido, não poderão ser executados pelos credores abrangidos pelo Plano de Recuperação, por força do parágrafo 1 do artigo 163 da lei 11.101/05, seja em juízo ou fora dele. Valor Total da Dívida em 21/09/2009:

Descrição - R\$ Mil	Set/2009
Credores acima de R\$ 1.000,0	367,09
Credores acima de R\$ 20,0 e abaixo de R\$ 1.000,0	23,94
Credores acima de R\$ 1,0 e abaixo de R\$ 20,0	3,99
	395,02

O acordo será pago conforme os prazos de vencimento descritos abaixo:

Vencimento	R\$ Mil
2013	57,67
2014	67,53
2015	68,42
2016	66,70
2017	68,72
2018	67,82
2019	64,24
2020	15,78

DIRETORIA		CONTADOR	
Eugênio Emilio Staub Diretor Presidente	Richard Jesse Staub Vice Presidente Executivo e Diretor de Relações com Investidores	Móris Arditti Vice Presidente de Desenvolvimento de Negócios	Deusmar Pessoa Viana Contador CRC AM 011138/0-9

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs.

Administradores e Acionistas da

IGB ELETRÔNICA S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **IGB Eletrônica S.A.** (“**Companhia**”), identificadas como Controladora e Consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e a respectiva demonstração do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e de acordo com as praticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente mente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos

A Companhia Brasileira de Tecnologia Digital - CBTD se compromete a pagar, por conta e ordem da IGB, a dívida e encargos de credores, de acordo com disposições existentes em contrato.

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
13. OBRIGAÇÕES FISCAIS				
Curto prazo				
PIS e COFINS	648	608	648	620
ICMS	5.867	19.298	6.071	19.486
IPI	424	736	424	736
Imposto de renda e contribuição social	2.748	3.621	2.820	3.621
FTI		1.780		1.780
Outros	8.804	495	8.818	499
	18.491	26.538	18.781	26.742

	Controladora		
	Valor integral	Valor com desconto	Valor com prejuízo fiscal e base negativa
Dívida ativa	156.462	112.992	81.286
Processos administrativos	271	206	82
Previdenciário	5.696	3.896	2.937
	162.429	117.094	84.305
	Consolidado		
	Valor integral	Valor com desconto	Valor com prejuízo fiscal e base negativa
Dívida ativa	156.462	112.992	81.548
Processos administrativos	271	206	82
Previdenciário	5.696	3.896	2.937
	162.429	117.094	84.567

A Sociedade optou por efetuar o pedido de adesão ao Programa de Parcelamento de Débitos Federais, intitulado REFIS IV, definido pela Lei nº 11.941/09, tendo em vista as condições favoráveis deste. Os pedidos de adesão foram efetuados tanto para débitos que se encontravam parcelados em programas anteriores, bem como para novos débitos no dia 13 de agosto de 2010. A adesão incluiu parcelamento de suas contribuições previdenciárias, débitos juntos a Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. A adesão ao parcelamento irá proporcionar à Companhia parcelamento do principal em 180 meses com reduções de 60% nas multas de mora, 25% nos juros e 100% nos encargos legais. Atualmente, a Sociedade aguarda a consolidação dos débitos parcelados no REFIS IV e, até que ocorra esse evento, já cumpre com o pagamento de parcelas mínimas impostas por esse novo programa de parcelamento. A Sociedade finalizou a análise de prejuízos fiscais disponíveis para abatimento de dívidas no âmbito do REFIS IV e aguarda normatizações de seu uso por parte da Receita Federal do Brasil.

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS - Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e suas controladas possuem processos de natureza tributária e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. As respectivas provisões para contingências foram constituídas para processos, cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na estimativa feita pelos assessores jurídicos externos da Companhia. Dessa forma, constituiú provisão para perdas em valores considerados suficientes para cobrir eventuais desfechos desfavoráveis.

	Controladora			2009		
	Depósitos Judiciais	Provisão para contingências	Passivos líquido	Depósitos judiciais	Provisão para contingências	Passivo líquido
Tributarios	(34.164)	(34.164)	(34.164)	(31.238)	(31.238)	(31.238)
Trabalhista	(19.097)	(19.097)	(19.097)	(14.458)	(14.458)	(14.458)
	(53.261)	(53.261)	(53.261)	(45.696)	(45.696)	(45.696)
	Consolidado			2009		
	Depósitos Judiciais	Provisão para contingências	Passivos líquido	Depósitos judiciais	Provisão para contingências	Passivo líquido
	(20.314)	(14.365)	(34.679)	(17.102)	(17.102)	(34.204)
	(54.660)	(48.711)	(103.371)	(48.991)	(48.991)	(92.906)

Os processos tributários têm como principal ação, a provisão para contribuição social sobre o lucro líquido, referente à compensação a maior de base de cálculo negativa de 31 de outubro de 1994, exclusão indevida de resultados declarados em 31 de dezembro de 1995 e de 1996 de bases de cálculos negativas referente a prejuízos anteriores a 1992. Os processos trabalhistas correspondem a processos trabalhistas principalmente relacionados a reclamações de horas extras e reflexos, diferenças de verbas rescisórias e reconhecimento de vínculo empregatício.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2010, o capital social autorizado pelo Conselho de Administração, em de R\$ 41.000, sendo totalmente subscrito e integralizado, dividido em 12.504.967 (doze milhões, quinhentos e quatro mil novecentos e sessenta e sete) ações, sendo composto por ações escriturais, sem valor nominal, assim distribuídas:

Classe Ordinárias	2010	2009
	Quantidade	Quantidade
	12.504.967	12.504.967
	12.504.967	12.504.967

A Companhia realizou em 30 de janeiro de 2007, Assembléia Geral Extraordinária para a redução do capital social da Companhia, de R\$ 222.890.767,27 (duzentos e vinte e dois milhões, oitocentos e noventa mil, setecentos e sessenta e sete reais e vinte e sete centavos) para R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), sem modificar o número de ações de emissão da Companhia, mediante a absorção de prejuízos acumulados no montante de R\$ 221.890.767,27 (duzentos e vinte e um milhões, oitocentos e noventa mil, setecentos e sessenta e sete reais e vinte e sete centavos). Convertreu as ações preferenciais de classe “A” em 1.980.654 (um milhão, novecentos e oitenta mil, seiscentos e cinquenta e quatro) em ações preferenciais de classe “B” e 1.980.654 (um milhão, novecentos e oitenta mil, seiscentos e cinquenta e quatro), em ações preferenciais de classe “C”. Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 27 de fevereiro de 2007, aprovou a conversão das ações preferenciais de classes “B” e “C”, em ações ordinárias na proporção de 1 para 1 e com direito a voto. As ações da companhia passarão a ser divididas em 10.504.967 (dez milhões, quinhentos e quatro mil novecentos e sessenta e sete) ações ordinárias. Em 2 de abril de 2007, o Conselho de Administração deliberou o aumento do capital social da Companhia, a ser objeto de subscrição particular, o capital social da Companhia é aumentado de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para R\$ 41.000.000,00 (quarenta e um milhões de reais), e observadas às seguintes condições: **a.** Valor do Aumento de Capital: R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais); **b.** Quantidade de Ações a serem Emitidas: 2.000.000 (dois milhões) de ações ordinárias; **c.** Preço de Emissão e Subscrição: R\$20,00 (vinte reais); **d.** Condições de Integralização: à vista, no ato da subscrição; **e**Em julho de 2007 as sobras das ações ordinárias foram negociadas e totalmente subscritas. As novas ações ordinárias participarão em igualdade de condições em todos os benefícios, incluindo dividendos e eventuais remunerações de capital, que porventura venham a ser deliberados pela Companhia a partir de sua data de emissão.

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
17. OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS				
Despesas				
Impostos e contribuições s/outras operações	4	(18)	19	(18)
Provisões para estoques obsoletos	5.777	24.565	5.821	24.565
Custos com alienações permanentes		(26)		(26)
Provisões para contingências	6.290	(48.655)	6.472	(48.655)
Provisões diversas	29.927	56.707	30.260	56.707
Perda de investimentos	3.633	46.958	3.633	46.958
Outras despesas	187	176	203	176
	45.818	79.707	46.408	79.707
Receitas				
Aluguéis	5.376	1.876	5.376	1.876
Receitas com alienações permanentes		20		20
Outras receitas	48.955	2.340	48.955	2.340
	54.331	4.236	54.331	4.236
	8.513	83.943	7.923	83.943

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
18. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS				
Receitas				
Variações cambiais e monetárias sobre fornecedores e empréstimos	10.300	62.528	10.300	45.124
Variações cambiais sobre contratos de mútuo	3.119	3.206	3.119	3.206
Juros ativos	523	564	523	564
Juros sobre impostos a recuperar	184	2.135	184	2.135
Juros sobre contratos de mútuo	1.427	1.427	1.427	1.427
Outros	1.691	9	1.691	9
	17.244	69.869	17.244	52.465

Despesas				
Variações cambiais sobre contratos de mútuo	7.051	75.059	7.051	57.270
Variações cambiais e monetárias s/fornecedores e empréstimos	2.800	(2.365)	2.800	(2.365)
Juros e encargos sobre empréstimos	16.873	69.146	18.243	69.146
Juros com impostos	10.417	4.734	10.484	4.734
Juros passivos	1	41	1	41
Descontos concedidos		112		112
Atualização monet. s/provisões p/contingências	4.031	465	4.031	465
Despesas bancárias com cobrança e diversas	4	556	4	556
	41.177	147.748	42.614	129.959
	23.933	77.879	25.370	77.494

19. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

(a) Benefícios fiscais - A Companhia encontra-se em área incentivada - Zona Franca de Manaus - possuindo benefícios que dão direito à isenção e restituições de impostos. **(b) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social:** Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal.

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Prejuízo antes do imposto de renda	(483.044)	(491.081)	(483.044)	(491.081)
Imposto de renda e contribuição social a alíquotas nominais - 34%	34%	34%	34%	34%
Crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	164.235	166.968	164.235	166.968

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, não registrados pela companhia, conservadoramente, devido aos prejuízos dos últimos exercícios.

20. FATORES DE RISCO DE MERCADO - As atividades da Companhia e de suas controladas compreendem receitas provenientes de Royalties - arrendamento de marca e equipamentos e locação e administração de imóveis industriais e comerciais. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio podem ser assim descritos: **(a) Contrato de Arrendamento:** Não pagamento do Contrato de Arrendamento por parte da Companhia Brasileira de Tecnologia Digital S.A “CBTD”. O Contrato de Arrendamento celebrado entre a IGB Eletrônica S.A e a Companhia Brasileira de Tecnologia Digital S.A foi aprovado através de assembléia de acionistas da companhia. Os prazos de pagamento do Contrato de Arrendamento estão casados com os prazos de pagamento dos credores da IGB conforme Aditamento ao Plano de Recuperação Extrajudicial já mencionado na nota 12. **(b) Reajuste do Valor da locação conforme IGMP - FGV:** O reajuste anual dos contratos de locação é de acordo com a variação acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado, apurado pela Fundação Getúlio Vargas (IGPM – FGV) tomando-se por base a variação do mês de assinatura do contrato de locação e o acumulado-a até aquela verificada no mesmo mês de cada ano subsequente. **a. Contrato de Locação:** Atraso ou inadimplência no Contrato de Locação pela locatária do imóvel. Existe ainda o risco de quebra de contrato de locação por parte da locatária antes do fim do prazo estipulado. Uma vez que tal contrato não seja feito em caráter irrevogável irretratável.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - VALORES ESTIMADOS DE MERCADO

Os ativos e passivos financeiros estão representados no balanço pelos valores de custo e pelas respectivas apropriações de receitas e despesas. Os valores de mercado dos instrumentos financeiros foram estimados de acordo com os contratos firmados recentemente e com as informações obtidas de instituições financeiras, e os valores estimados de mercado comparados aos saldos contábeis estão apresentados no quadro seguinte:

	Controladora - 2010	
	Valor contábil	Valor de mercado
Empréstimos e financiamentos	233.057	223.854

Em 31 de dezembro de 2010, a companhia não possui operações com derivativos para fins de apresentação do quadro análise de sensibilidade em atendimento às instruções CVM 475/08 e 550/08.

22. COBERTURA DE SEGUROS: A cobertura de seguros parcial para os bens do ativo imobilizado são realizadas pelos locatários dos imóveis a favor da companhia. As coberturas de seguros existentes são consideradas pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros. **23. AUDITORIA EXTERNA:** Nos termos da Instrução CVM nº 381/2003 informamos que a IGB Eletrônica S.A. contratou a BC Control Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, cabe mencionar que a BC Control não prestou outros serviços diretamente vinculados à auditoria das demonstrações contábeis. A nossa prática na contratação de serviços de auditores independentes visa assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

DIRETORIA		CONTADOR	
Eugênio Emilio Staub Diretor Presidente	Richard Jesse Staub Vice Presidente Executivo e Diretor de Relações com Investidores	Móris Arditti V	